



Associação dos Advogados de Macau

澳門律師公會

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU

PROVAS

DE

ACESSO AO ESTÁGIO

27 de Outubro de 2012

Direito Comercial

(7 valores)

Companhia de Imprensa e Design M Limitada, Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada, senhor C e senhor D. As duas sociedades por quotas M e N conjuntamente com os senhores C e D, em 19 de Março de 2012, acordaram em constituir uma outra sociedade por quotas com a denominação "Companhia de Publicidade Chong San Limitada". Ficou acordado o seguinte:

- (1) Companhia de Imprensa e Design M Limitada subscreve uma quota, a realizar em dinheiro, com valor nominal de MOP\$200,000.00;
- (2) Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada subscreve uma quota, parte a realizar em dinheiro, no valor com valor de MOP\$50,000.00, e parte a realizar em espécie através de dois direitos de propriedade industrial, a saber: (a) patente sobre a técnica do processo de resolução digital, declarando o seu preço ser MOP\$100,000.00; (b) patente sobre a técnica do processo de micro-pintura, declarando o seu preço ser MOP\$100,000.00.
- (3) O senhor C subscreve uma quota, a realizar com uma letra com valor facial de MOP\$20,000.00, e outra parte em dinheiro com MOP\$30,000.00, sendo a realização em dinheiro paga dentro de 3 anos a contar da data da constituição da sociedade.
- (4) O senhor D subscreve uma quota, parte a realizar em dinheiro com HKD\$10,000.00, e o restante através de um direito de marca registada, declarando o seu preço ser MOP\$50,000.00.

As formas de realização ficou a constar nos estatutos da sociedade, simultaneamente, de acordo com outras disposições dos estatutos da sociedade, estabeleceram que a administração da Companhia de Publicidade Chong San Limitada ficaria a pertencer ao Conselho de Administração, que pode ser constituído por um ou mais administradores, tendo nesse momento a Companhia de Imprensa e Design M Limitada e a Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada indicado o representante da M e o da N para desempenhar funções de administrador da Companhia de Publicidade Chong San Limitada. Os senhores C e D foram também nomeados administradores da referida sociedade. A sociedade contaria com um secretário segundo a lei, cargo desempenhado por E, porém, não ficou estabelecido o órgão de

fiscalização. E só passados 2 meses, é que E apresentou os documentos à Conservatória dos Registos Comercial e de Bens Móveis, para requerer o registo da constituição da sociedade.

Entretanto, na realização da subscrição da Companhia de Imprensa e Design M Limitada, apenas MOP\$180,000.00 foram pagas. A realização da subscrição em dinheiro da Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada foi feita atempadamente, mas em relação à patente sobre a técnica do processo de resolução digital e à patente sobre a técnica do processo de micro-pintura, foi descoberto que estavam envolvidas em acções de violação de direitos. Enquanto que a realização com uma letra de C foi paga com o endosso da letra de câmbio a favor da sociedade, porém não foi efectuada a realização em dinheiro no valor de MOP\$30,000.00.

Finalmente, a realização em dinheiro de D no valor de MOP\$10,000.00 foi efectuada, e relativamente à realização com o direito da marca registada também foi registada a “Companhia de Publicidade Chong San Limitada” como titular do direito, mas posteriormente, com base no valor de mercado, o valor do direito da marca registada aumentou para MOP\$100,000.00.

No dia 5 de Outubro de 2012, a “Companhia de Publicidade Chong San Limitada” convocou a assembleia geral nos termos legais, M e N, como representantes da Companhia de Imprensa e Design M Limitada e da Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada, e senhor C e senhor D, todos compareceram na assembleia geral, e nessa assembleia geral, os sócios deliberaram o seguinte:

- (1) Deliberado alterar os estatutos, os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por dois sócios detentores de 50% do capital social.
- (2) Demissão das funções de administrador do C.
- (3) Consentimento na venda da quota do D a M.
- (4) Exclusão da qualidade de sócio do C.
- (5) Deliberada a possibilidade de adiantamento de lucros anualmente à Companhia de Imprensa e Design M Limitada e à Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada.
- (6) Alteração dos estatutos, na matéria sobre a exclusão de sócio.

O senhor C, senhor D e a Companhia de Imprensa e Design M Limitada celebraram um acordo, acordando que C e D não participavam nas

deliberações da assembleia geral, concedendo incondicionalmente o o exercício do seu direito de voto ao representante da Companhia de Imprensa e Design M Limitada.

No dia da constituição da sociedade, a Companhia de Publicidade Chong San Limitada celebrou acordos de actividades respectivamente com a Companhia de Imprensa e Design M Limitada e a Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada, passando a ser parceiros de negócio.

Perguntas:

1. Pode a Companhia de Publicidade Chong San ser constituída conjuntamente por sociedades e pessoas singulares, isto é, podem a Companhia de Imprensa e Design M Limitada, a Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada, C e D acordarem em constituir uma outra sociedade por quotas em nome de duas sociedades por quotas e de duas pessoas singulares? Porquê? Indique os fundamentos legais.
2. Explique com pormenor a eficácia das realizações dos sócios acima referidas, indicando quais as formalidades a cumprir. Indique concretamente as formalidades e os procedimentos legais.
3. O facto de a Companhia de Imprensa e Design M Limitada e a Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada terem respectivamente indicado um representante para desempenharem as funções de administrador na Companhia de Publicidade Chong San Limitada, sem constituir o órgão de fiscalização, existirá violação das disposições do Código Comercial? Poquê?
4. Indique as formas de deliberação dos sócios e as vias de deliberação dos sócios. Explique pormenorizadamente se os assuntos deliberados são viáveis, bem como, as exigências para obter votos favoráveis da deliberação.
5. Comente sobre a legalidade do acordo celebrado entre C, D e a Companhia de Imprensa e Design M Limitada.
6. Pronuncie sobre legalidade dos acordos celebrados pela Companhia de Publicidade Chong San Limitada, respectivamente com a Companhia de Imprensa e Design M Limitada e a Companhia de Serviços de Publicidade N Limitada.

Direito Civil e Direito Processual Civil

I

(5 valores)

A, B, C e D, todos maiores e solteiros, são amigos, e juntaram-se num dia para fazer um jogo de “Bridge” (jogo de cartas), envolvendo apostas em dinheiro. No final do jogo, A perdeu 50,000.00 patacas, B ganhou 50,000.00, C e D não ganharam nem perderam, mas como A não tinha dinheiro suficiente, acabou por pagar apenas 30,000.00 patacas a B, tendo diferido o pagamento do remanescente para o próximo encontro.

Passado alguns dias, B encontrou A na rua, e exigiu-lhe o pagamento da dívida no montante de 20,000.00 patacas. A disse a B que nesse momento não tinha capacidade económica para pagar a dívida, mas B todo insafisfeito, disse a A que lhe iria conceder um prazo de 3 meses para o pagamento, contudo, A teria de prestar-lhe uma garantia. B dispôs-se a dar-lhe de hipoteca a sua habitação, tendo A e B celebrado logo nesse dia um documento particular para constituir a hipoteca que garantia a dívida de 30,000.00 patacas.

Decorrido os 3 meses, B foi ter com A para exigir o pagamento, mas desta vez A começou a alegar que se tratou de um jogo entre amigos, e por conseguinte, que além de não lhe dever dinheiro, B devia restituir as 20,000.00 patacas já pagas.

Responda às seguintes perguntas, justificando as suas respostas, e enunciando as disposições legais em causa.

1. Existe algum contrato? Qual?
2. Que se lhe oferece dizer, sob o ponto de vista jurídico, acerca da hipoteca?
3. Pode A recusar o pagamento dos remanescentes 30,000.00 patacas a B?
4. Pode A exigir a restituição das 20,000.00 patacas já pagas a B?
5. No caso de B para realizar o pagamento das 20,000.00 patacas ter recorrido a um empréstimo concedido por D, pode D exigir o pagamento a

B? Em caso afirmativo: (i) Através de que meio processual? (ii) Em que tribunal?

II

(2 valores)

Distinga sucintamente, exemplificando e enunciando os preceitos legais:

6. Arresto, penhora e hipoteca;
7. Caducidade e prescrição.

Direito Penal e Direito Processual Penal

1. Suponha que num caso crime, ficou provado que em certo dia de Novembro e em certo dia de Dezembro de 2011, da mesma forma e com os mesmos meios, o arguido **A** praticou actos de abuso sexual contra duas irmãs menores **B** e **C**; na altura, o arguido **A** era professor do ensino primário, e a ofendida irmã mais velha era sua aluna, e foi pelo facto de a irmã mais velha ter, em certo dia de Dezembro de 2011, apresentado a irmã mais nova ofendida ao arguido **A**, deixando os dois estarem sozinhos, que ocorreu nesse dia o abuso sexual da irmã mais nova.
Os crimes praticados pelo arguido **A** devem ser punidos na forma continuada? Em caso negativo, como devem ser punidos? Fundamente a sua resposta (2 valores).
2. Em certa data de 2010, um indivíduo deu de penhor um relógio de luxo furtado numa casa de penhor, tendo obtido em contrapartida dinheiro. Responda às seguintes perguntas:
 - a) Qual o crime praticado pelo indivíduo? (0,5 valor)
 - b) Durante o período de investigação, o empregado da casa de penhor que tinha recebido o indivíduo irá emigrar para Estados Unidos da América, sendo muito possível que não virá a Macau testemunhar o

facto criminoso praticado pelo indivíduo.

Suponha que a casa de penhor vem pedir a sua opinião, então qual será ela? (0,5 valor)

c) Suponha que após investigação, o Delegado do Ministério Público responsável pelo caso arquiva o processo com fundamento na falta de recolha de indícios suficientes da prática do crime do indivíduo.

i) Se a casa de penhor não estiver satisfeito, solicitando a sua opinião, qual ou quais os meios possíveis de proteger os direitos processuais da casa de penhor? (1 valor)

ii) Caso entender que existem vários meios, distingue as suas diferenças e quais as vantagens e desvantagens (2 valores)

* * *

Nota: Enuncie as respectivas disposições legais nas suas respostas.